PARTE B

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Secretário-Geral

Despacho (extracto) n.º 5381/2010

Por despacho de 11 de Janeiro de 2010 do presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista:

Hugo Miguel dos Reis Frederico — nomeado, nos termos do n.º 6 do artigo 46.º da Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República, republicada pela Lei n.º 28/2003, de 30 de Julho, para o cargo de assessor parlamentar, nível IV, escalão 2, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, com efeitos a partir do dia 11 de Janeiro de 2010, inclusive.

João Luís Soeiro da Graça Pina — nomeado, nos termos do n.º 6 do artigo 46.º da Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República, republicada pela Lei n.º 28/2003, de 30 de Julho, para o cargo de técnico de apoio parlamentar, nível IV, escalão 1, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, com efeitos a partir do dia 11 de Janeiro de 2010, inclusive.

8 de Fevereiro de 2010. — A Secretária-Geral, *Adelina Sá Carvalho*.
203052544

Despacho (extracto) n.º 5382/2010

1 — Por despacho de 8 de Janeiro de 2010 do presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, nos termos do n.º 5 do artigo 46.º da Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República, republicada pela Lei n.º 28/2003, de 30 de Julho, procede-se no quadro de pessoal do Grupo Parlamentar do Partido Socialista à seguinte alteração:

a) É alterada a seguinte categoria:

Nuno André Vasques Vieira — deixa de exercer funções na categoria de assessor parlamentar, nível IV, escalão 2, e passa a exercer funções na categoria de assessor parlamentar, nível III, escalão 1.

2 — A alteração prevista no número anterior produz efeitos a partir do dia 1 de Janeiro de 2010, inclusive.

8 de Fevereiro de 2010. — A Secretária-Geral, *Adelina Sá Carvalho*.
203052511

Despacho (extracto) n.º 5383/2010

Por despacho de 4 de Janeiro de 2010 do presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, cessam funções, nos termos do n.º 6 do artigo 46.º da Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República, republicada pela Lei n.º 28/2003, de 30 de Julho, os seguintes funcionários:

Pedro Miguel Ramos Almeida — do cargo de assessor parlamentar, nível III, escalão 1, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, com efeitos a partir do dia 4 de Janeiro de 2010, inclusive.

André Filipe Borges Campante Ferreira — do cargo de assessor parlamentar, nível II, escalão 1, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, com efeitos a partir do dia 17 de Dezembro de 2009, inclusive.

Joaquim António de Oliveira Soares — do cargo de assessor parlamentar, nível IV, escalão 1, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, com efeitos a partir do dia 1 de Janeiro de 2010, inclusive.

Rui Guerreiro Marques Simplício — do cargo de assessor parlamentar, nível II, escalão 1, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, com efeitos a partir do dia 1 de Março de 2010, inclusive.

Vítor Manuel Mansinho Botelho — do cargo de técnico de apoio parlamentar, nível V, escalão 1, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, com efeitos a partir do dia 15 de Janeiro de 2010, inclusive.

8 de Fevereiro de 2010. — A Secretária-Geral, *Adelina Sá Carvalho*.
203052496

Despacho (extracto) n.º 5384/2010

Por despacho de 5 de Janeiro de 2010 do presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista:

Hugo Filipe Gabriel Lopes Rascão — nomeado, nos termos do n.º 6 do artigo 46.º da Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República, republicada pela Lei n.º 28/2003, de 30 de Julho, para a categoria de assessor parlamentar, nível IV, escalão 2, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, com efeitos a partir do dia 4 de Janeiro de 2010, inclusive.

8 de Fevereiro de 2010. — A Secretária-Geral, *Adelina Sá Carvalho.*
203057729

Despacho (extracto) n.º 5385/2010

Por despacho de 12 de Janeiro de 2010 do presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista:

Fernando Vasco Moreira Ribeiro — nomeado, nos termos do n.º 6 do artigo 46.º da Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República, republicada pela Lei n.º 28/2003, de 30 de Julho, para o cargo de assessor parlamentar, nível II, escalão 1, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, com efeitos a partir do dia 4 de Janeiro de 2010, inclusive.

8 de Fevereiro de 2010. — A Secretária-Geral, *Adelina Sá Carvalho*.
203058141

PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Secretário de Estado da Juventude e do Desporto

Despacho n.º 5386/2010

Considerando que a Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto, aprovada pela Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro, e o Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro, consagram, entre outras matérias, a necessidade do prévio reconhecimento do interesse público de eventos desportivos, por despacho do membro do Governo responsável pela área do desporto, como condição para o financiamento público dos mesmos;

Considerando que o programa do XVIII Governo Constitucional prevê reforçar a aposta nos eventos desportivos que promovam Portugal, qualifiquem o desporto nacional e incentivem os cidadãos à prática desportiva, em cooperação com a estratégia do turismo e da economia, na base de critérios de rigor e equilíbrio financeiro;

Considerando que se vai realizar nas Açoteias, Algarve, no dia 6 de Março de 2010, o 33.º Cross Internacional das Amendoeiras em Flor;

Considerando que se trata de uma prova de reconhecido prestígio para o atletismo português, designadamente no que diz respeito à qualidade e quantidade dos praticantes envolvidos, atendendo à participação de 15 países e 3000 praticantes desportivos;

Considerando a qualidade organizativa demonstrada nas edições anteriores e o historial desta competição;

Considerando que o evento acima referido, pela sua expressão a nível internacional, sempre se revelou de grande interesse, quer no plano desportivo quer no plano turístico, designadamente por via das transmissões televisivas que atingem grandes audiências de espectadores e que constituem uma forma de promoção do País no estrangeiro:

Assim, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 46.º da Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro, Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto, e do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro, reconheço como sendo de interesse público o 33.º Cross Internacional das Amendoeiras em Flor.

2 de Março de 2010. — O Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, *Laurentino José Monteiro Castro Dias*.

5212010

Despacho n.º 5387/2010

Considerando que a Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto, aprovada pela Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro, e o Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro, consagram, entre outras matérias, a necessidade do prévio reconhecimento do interesse público de eventos desportivos, por despacho do membro do Governo responsável pela área do desporto, como condição para o financiamento público dos mesmos;

Considerando que o programa do XVIII Governo Constitucional prevê reforçar a aposta nos eventos desportivos que promovam Portugal, qualifiquem o desporto nacional e incentivem os cidadãos à prática desportiva, em cooperação com a estratégia do turismo e da economia, na base de critérios de rigor e equilíbrio financeiro;

Considerando que se irá realizar em Lisboa, nos meses de Julho e Agosto de 2012, uma regata internacional com grandes veleiros intitulada Tall Ships Races 2012;

Considerando que se trata de uma prova de reconhecido prestígio para a vela portuguesa, designadamente no que diz respeito à qualidade e quantidade dos velejadores envolvidos, cerca de 120, distribuídos pelas classes A, B, C e D, os quais, de acordo com o programa oficial, destinam-se aos portos anfitriões da regata;

Considerando a importância que este acontecimento de âmbito mundial terá para a cidade de Lisboa e para o País, nos seus múltiplos aspectos, em que se destacam o turístico, lúdico, económico e formativo;

Considerando que, em reconhecimento da relevância do evento em apreço, foi celebrado um protocolo de colaboração multipartido entre o Ministério da Defesa Nacional, a Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto, a Administração do Porto de Lisboa, a Associação de Turismo de Lisboa, o Turismo de Portugal e a APORVELA — Associação Portuguesa de Treino de Vela, associação privada sem fins lucrativos que assumirá a organização e realização náutica do evento:

Assim, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 46.º da Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro, Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto, e do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro, reconheço como sendo de interesse público o evento em apreço.

16 de Março de 2010. — O Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, *Laurentino José Monteiro Castro Dias*.

5232010

Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género

Despacho n.º 5388/2010

Nos termos da alínea *a*) do n.º 3 do artigo 60.º e do artigo 63.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, e cumpridos os requisitos previstos no artigo 61.º do mesmo normativo, coloco em situação de mobilidade interna intercategorias, a Técnica de Informática de Grau 1, Nível 2 do ISEG, Teresa Maria Conceição Fonseca, para o exercício de funções de secretariado na Direcção da CIG, com efeitos reportados a 08 de Fevereiro, mantendo o vencimento que já vinha auferindo, acrescido dos suplementos devidos pelo exercício das novas funções.

A situação de mobilidade interna cessa a 08 de Fevereiro de 2011.

Lisboa, 15 de Fevereiro de 2010. — A Presidente da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, *Professora Doutora Sara Falcão Casaca*.

203053549

Despacho n.º 5389/2010

Através do Aviso n.º 18816/2009, datado de 9 de Outubro de 2009, foi publicitado o despacho proferido pela Presidente desta Comissão, o qual determinou a abertura de concurso para recrutamento, em regime de mobilidade interna, de dois técnicos superiores para a Divisão Técnico-Jurídica, cujo prazo para apresentação de candidaturas terminou em 6 de Novembro de 2009, tendo-se apresentado a concurso 16 candidatos.

Não obstante, e tendo em consideração que, com a aprovação do mapa de pessoal para o ano de 2010 e correspectiva reafectação interna, constatou-se já não ser necessário a ocupação de dois lugares na Divisão Técnico-Jurídica desta Comissão.

Assim e considerando que se verifica uma alteração superveniente aos pressupostos que presidiram à abertura do respectivo procedimento, bem como, não foram geradas quaisquer expectativas de direito para os respectivos candidatos, determino a anulação do procedimento concursal em questão.

Lisboa, 15 de Fevereiro de 2010. — A Presidente da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, *Professora Doutora Sara Falcão Casaca*.

203053792

Direcção-Geral das Autarquias Locais

Declaração (extracto) n.º 75/2010

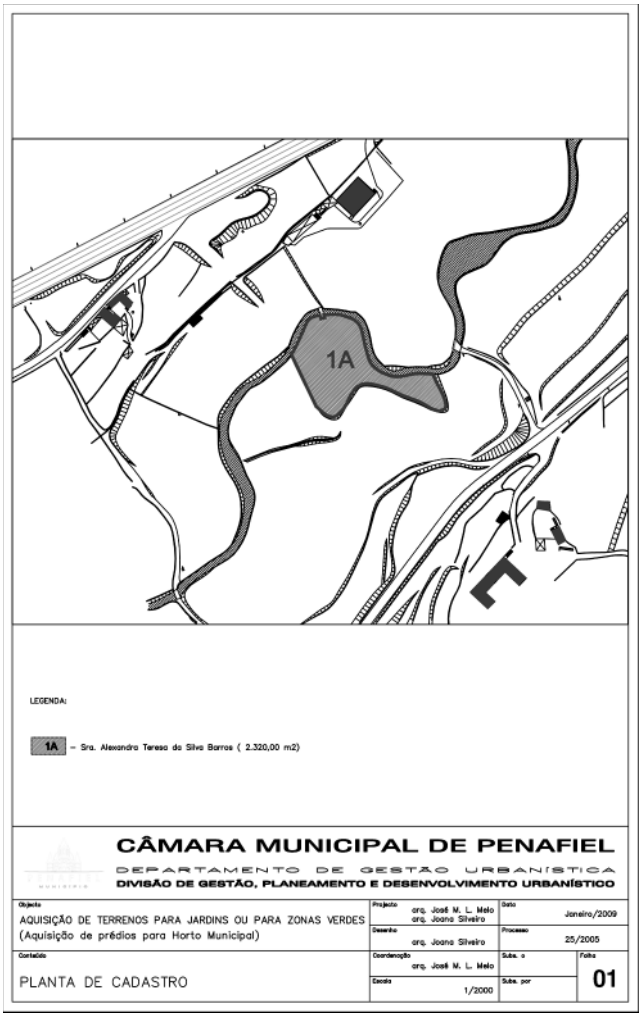
Torna-se público que S. Ex.ª o Secretário de Estado da Administração Local, por despacho de 11 de Março de 2010, a pedido da Câmara Municipal de Penafiel, declarou a utilidade pública da expropriação, e autorizou a tomada de posse administrativa, da parcela a seguir referenciada e identificada na planta anexa:

— Parcela de terreno, com a área de 2.320 m^2, que respeita a um prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Penafiel com o n.º 748, e inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Marecos sob o artigo 411, propriedade de Alexandra Teresa da Silva Barros.

A expropriação destina-se à «CONSTRUÇÃO DO HORTO MUNICIPAL».

Aquele despacho foi emitido ao abrigo dos artigos 1.º, 3.º, n.º 1 e 19.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, tem os fundamentos de facto e de direito expostos nas Informações Técnicas n.^{os} I-001639-2009, de 28 de Dezembro de 2009, e I-000274-2010, de 2 de Março de 2010, da Direcção-Geral das Autarquias Locais, e tem em consideração os documentos constantes do Processo n.º 131.046.07/DMAJ, daquela Direcção-Geral.

Lisboa, 17 de Março de 2010. — A Directora-Geral, *Eugénia Santos*.



203055022